

**CENTRO DE AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS E ESTUDOS REGIONAIS**



EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE

2007

NOVEMBRO.2008



CCDRn

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



União Europeia
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE – 2007

EDIÇÃO

CENTRO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTUDOS REGIONAIS (CAPER)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COORDENAÇÃO TÉCNICA E EDITORIAL

ANA TERESA LEHMANN

RUI MONTEIRO

ELABORAÇÃO TÉCNICA

EDUARDO PEREIRA (CAPER)

DATA

NOVEMBRO.2008

WWW.CCDDR-N.PT | GERAL@CCDDR-N.PT

EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE 2007

NOVEMBRO.2008

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE NA ÚLTIMA DÉCADA (1998-2007).....	4
○ MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO NORTE EM 2007.....	8
A oferta de mão-de-obra.....	8
○ emprego.....	11
○ desemprego.....	14
Desemprego registado.....	18
Os salários.....	22
NOTAS CONCLUSIVAS.....	23
ANEXO: COMPREENDER A TAXA DE EMPREGO.....	25

NOTA INTRODUTÓRIA

As questões relacionadas com a análise do mercado de trabalho ocupam um papel central na compreensão do modo de funcionamento colectivo de uma sociedade, nomeadamente no que se refere à produção e distribuição de riqueza. Aspectos como a eficiência na utilização dos recursos, ou como os mecanismos de difusão dos ganhos proporcionados pelo crescimento económico, são temas que não dispensam um olhar aprofundado sobre o mercado de trabalho.

Com a publicação do relatório EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE – 2007 a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) pretende acima de tudo impulsionar o debate regional sobre esta problemática. Trata-se, aliás, de um primeiro exemplo de um conjunto de trabalhos sobre temas considerados decisivos pela CCDR-N, a produzir pelo Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais.

O presente relatório aprofunda alguns dos aspectos que têm vindo a ser tratados no boletim trimestral NORTE CONJUNTURA, o qual se encontra já no seu terceiro ano de publicação regular. Com o trabalho que agora divulgamos, pretendeu-se, em particular, dedicar uma maior atenção a algumas tendências mais estruturais do funcionamento do mercado de trabalho, tirando partido de um enquadramento temporal tão longo quanto possível. Embora se trate de um relatório dedicado ao ano de 2007, naturalmente que a compreensão do comportamento do emprego e desemprego na Região do Norte neste ano, não dispensa a análise das tendências pesadas de evolução da economia regional no que respeita a estas duas dimensões do mercado de trabalho. Acresce a isto, o facto de se tratar de um primeiro número, de uma série que se pretende anual, o que reforçou a opção pelo estudo de uma série mais longa.

Na primeira parte, o relatório apresenta um balanço decenal centrado em dois indicadores estruturais (taxa de emprego e taxa de desemprego). Na segunda parte, as grandes categorias de análise do mercado de trabalho são observadas com o objectivo de caracterizar a evolução ocorrida em 2007, enquadrando-a nas tendências dos anos anteriores. O documento conclui-se com um conjunto de comentários de síntese.

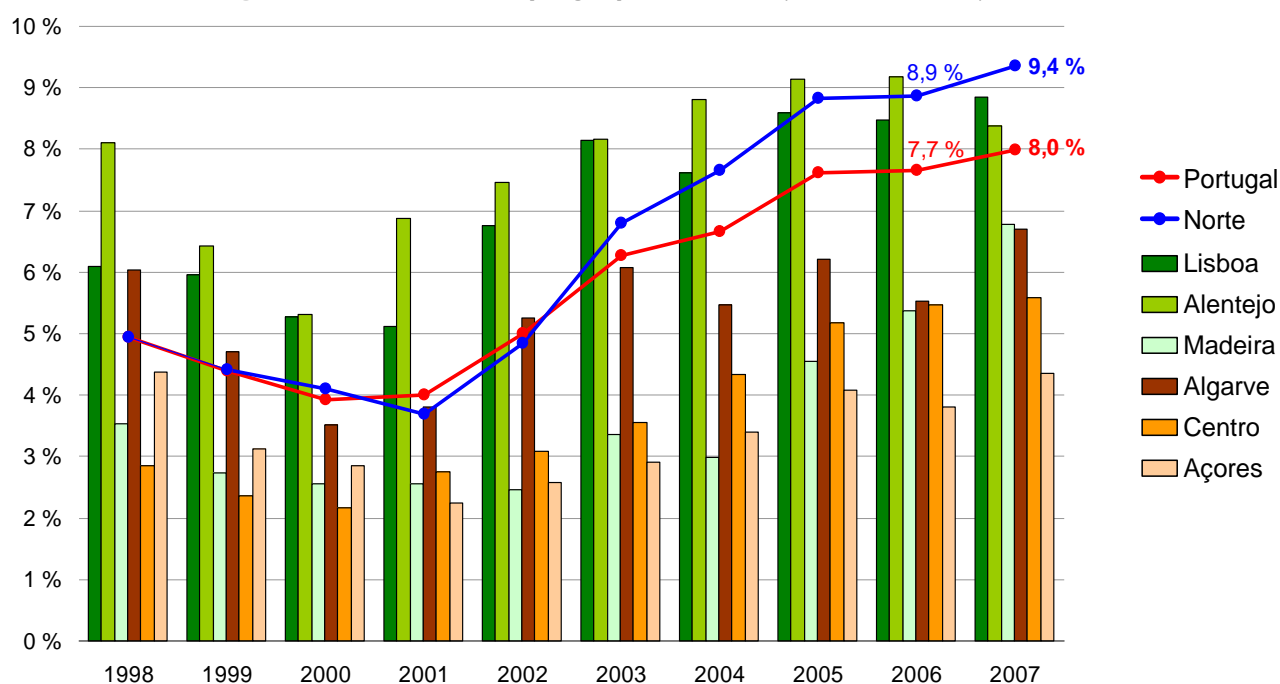
Naturalmente, a análise que agora se divulga não é exaustiva. Fica a faltar, por exemplo, uma referência às principais políticas de emprego e ao seu impacto na Região do Norte. Sendo este, como se referiu, um primeiro exercício, que procuraremos repetir anualmente, consideramos aceitáveis esta e, porventura, outras insuficiências, na medida em que esperamos ir melhorando, pouco a pouco, o seu interesse e pertinência face às expectativas e necessidades dos principais actores regionais.

Cabe aqui, por fim, um agradecimento ao Prof. José Manuel Varejão, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pelos comentários e sugestões que teve oportunidade de formular sobre uma versão preliminar deste documento e que permitiram, sem dúvida, melhorar a sua versão final.

EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE NA ÚLTIMA DÉCADA (1998-2007)

Em 2007, o Norte tornou-se na região portuguesa com maior taxa de desemprego. Na verdade, o Norte é, no contexto nacional, a região cuja taxa de desemprego sofreu maior agravamento desde 2001, tendo desde então ultrapassado não apenas a média nacional, mas também os valores registados para as regiões do Algarve, de Lisboa e do Alentejo.

Figura I – Taxa de desemprego, por NUTS II (valor médio anual)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Ao mesmo tempo, a taxa de emprego (a população empregada dos 15 aos 64 anos de idade, em proporção do total de residentes do mesmo grupo etário) voltou a cair, na Região do Norte e, também, ao nível nacional. Deve ter-se presente que a taxa de emprego é (tal como a taxa de desemprego) um dos chamados “indicadores estruturais”, com base nos quais a Comissão Europeia conduz avaliações regulares com vista a monitorizar, neste contexto, os progressos alcançados na União Europeia (UE).

Mais importante ainda, é o facto de, em 2005, no âmbito da chamada Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e emprego, a UE ter fixado como meta atingir uma taxa de emprego de 70% em 2010. A circunstância de apenas ter sido definido um outro objectivo para a UE com o mesmo nível de prioridade (nomeadamente, o de fazer subir o investimento em I&D até um mínimo de 3% do PIB em 2010), mostra bem a importância da taxa de emprego para a estratégia europeia de modernização.

Os objectivos da Estratégia de Lisboa renovada foram depois traduzidos em programas nacionais pelos vários estados-membros. Em Portugal, o “Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008” (PNACE 2005-2008) fixou os seguintes objectivos e respectivas metas quantificadas, no que se refere à taxa de emprego:

- aumentar a taxa de emprego global de 67,8% em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61,7% em 2004 para 63% em 2008;
- manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

As metas definidas no PNACE 2005-2008 referem-se ao todo nacional e não foram nunca regionalizadas. Contudo, torna-se claro que a prossecução dessas metas, no plano nacional, não poderá nunca deixar de contar com um forte contributo nesse sentido ao nível regional. Contributo este, que deverá ser particularmente notório no caso da Região do Norte, dado que esta concentra mais de um terço da oferta de mão-de-obra a nível nacional, sendo a este respeito a região NUTS II mais representativa. No entanto, a evolução do mercado de trabalho da Região do Norte ao longo dos últimos anos não tem sido de molde a impulsionar o cumprimento das metas estabelecidas para as taxas de emprego (cfr. figuras 2 a 4).

A representação conjunta da trajectória das taxas de emprego e de desemprego na Região do Norte (figura 5) sintetiza o essencial da evolução dos níveis de emprego e desemprego ao longo dos últimos 10 anos, tendo por referência a trajectória observada a nível nacional. De 1998 a 2001, assistiu-se na Região do Norte a uma descida da taxa de desemprego, em paralelo com o aumento da taxa de emprego. O ano de 2001 marca um ponto de inflexão, na medida em que, entre 2001 e 2005, as tendências foram opostas: agravamento dos níveis de desemprego e queda da taxa de emprego.

Taxa de emprego e taxa de desemprego

A principal vantagem da taxa de emprego, enquanto indicador do nível de utilização do factor produtivo trabalho, resulta do facto de exprimir o emprego (geralmente, dos 15 aos 64 anos) tomando como referência, em denominador, a população total do mesmo grupo etário, e não apenas a população activa.

Assim, algumas daquelas decisões individuais de entrada e saída na oferta de mão-de-obra (população activa), que reflectem parcialmente a própria conjuntura vivida no mercado de trabalho mas que não têm impacto directo no volume de emprego, não afectam o comportamento da taxa de emprego, embora possam ter impacto sobre a taxa de desemprego. Por exemplo, a eventualidade de um certo número de desempregados desistir de procurar emprego (possivelmente por se terem convencido de não conseguir encontrar nenhum), leva a que deixem de ser classificados como activos, passando a não activos, e resulta numa descida da taxa de desemprego, mas não tem qualquer impacto sobre a taxa de emprego. Inversamente, a circunstância de alguns jovens começarem a procurar o seu primeiro emprego, sem que o consigam obter de imediato, obriga a que deixem de ser considerados como indivíduos sem actividade económica, passando a integrar a população activa enquanto desempregados, e resulta numa subida da taxa de desemprego, mantendo ainda inalterada a taxa de emprego. Quando por fim esses desempregados passarem a estar empregados, então sim a taxa de emprego subirá, em paralelo com uma descida da taxa de desemprego.

Em termos gerais, podemos dizer que, para valores constantes da taxa de desemprego, a taxa de emprego aumenta com os acréscimos da taxa de actividade. Do mesmo modo, mantendo-se inalterada a taxa de actividade, a taxa de emprego diminui com as subidas da taxa de desemprego. No final do presente relatório, o Anexo I apresenta, mais detalhadamente, as relações entre as taxas de actividade, de emprego e de desemprego.

Figura 2 – Taxa de emprego global (HM, 15 a 64 anos)

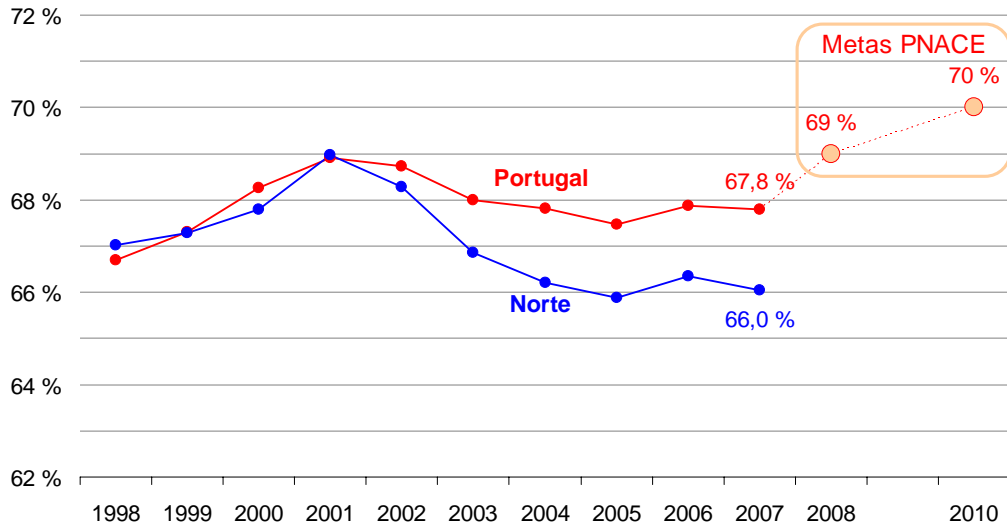


Figura 3 – Taxa de emprego das mulheres (15 a 64 anos)

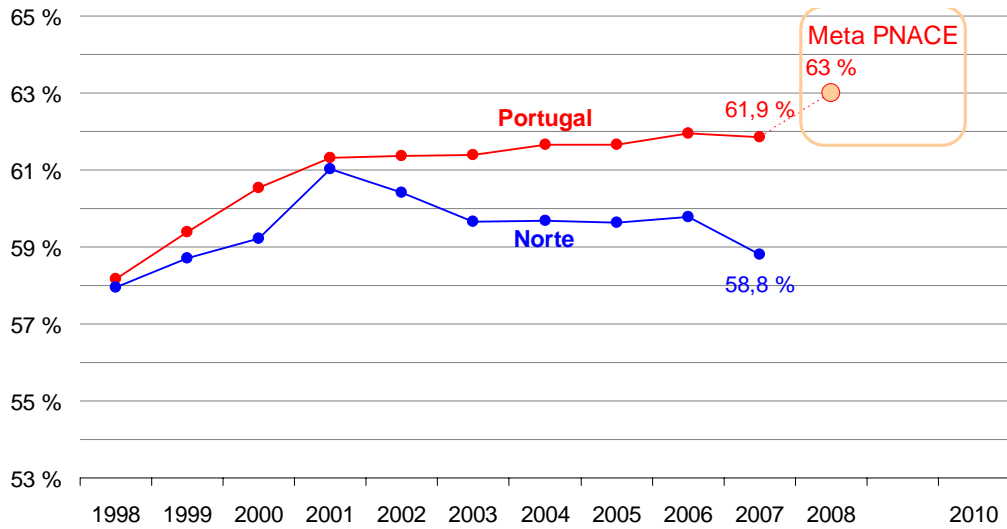
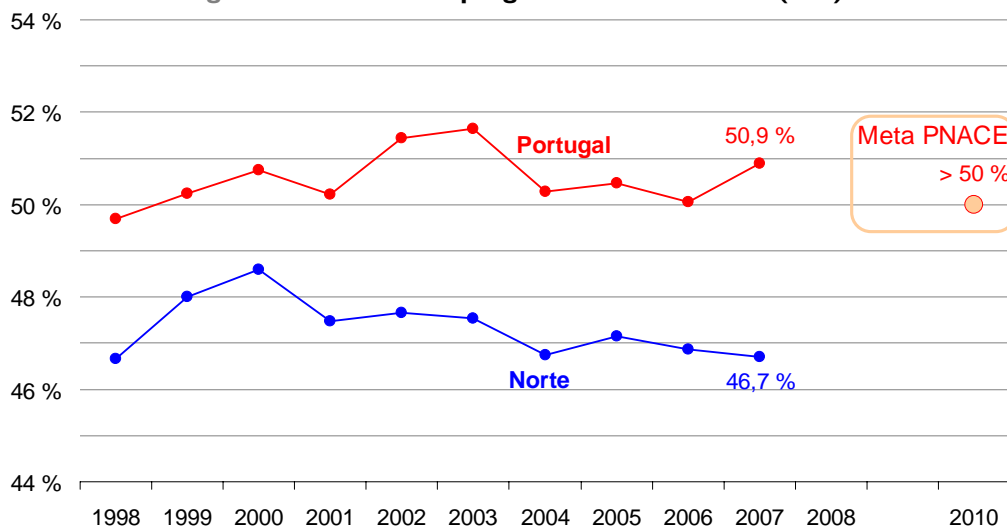
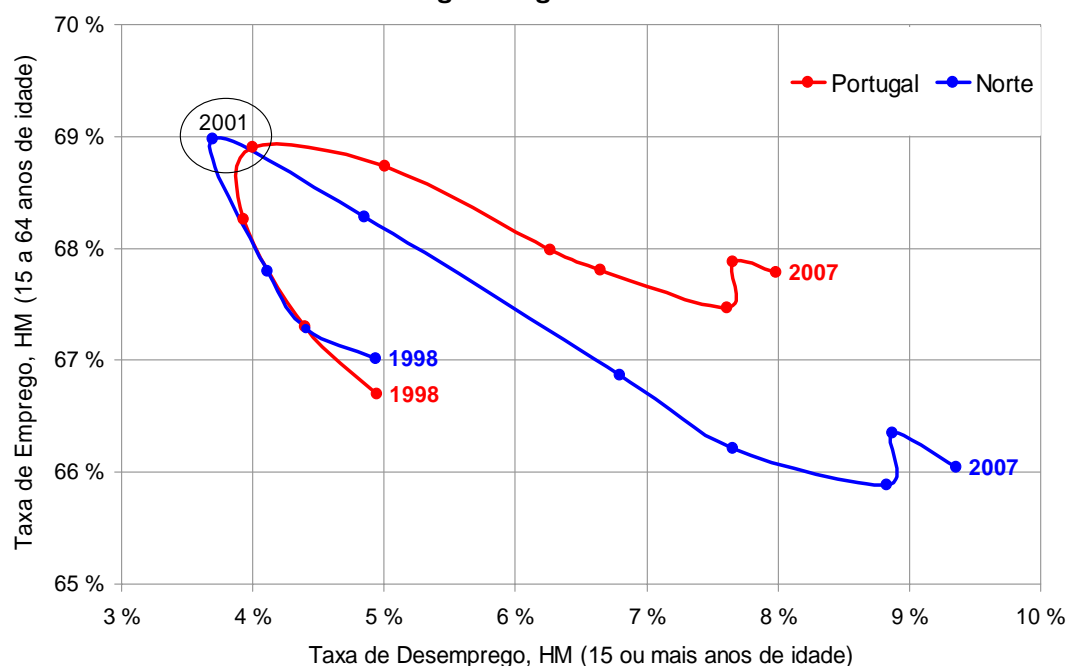


Figura 4 – Taxa de emprego dos 55 aos 64 anos (HM)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

**Figura 5 – Trajectória das taxas de emprego e de desemprego, 1998–2007:
Portugal e Região do Norte**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

De notar que, em 2002, a taxa de desemprego observada na Região do Norte era equivalente à de 1998, mas com uma taxa de emprego mais elevada, o que indica que a taxa de actividade (oferta de mão-de-obra, expressa em termos relativos) era também maior em 2002 do que em 1998. O mesmo tipo de explicação justifica que, em 2003, a taxa de emprego fosse muito próxima da de 1998, sendo, todavia, o nível de desemprego bastante mais elevado. Em 2006, uma certa contenção da taxa de desemprego e o aumento da taxa de actividade dos 15 aos 64 anos permitiram o crescimento dos níveis relativos de emprego. Em 2007, porém, a conjuntura observada no mercado de trabalho da Região do Norte voltou a caracterizar-se pelo acréscimo da taxa de desemprego, em paralelo com a queda da taxa de emprego.

A trajectória descrita para a Região Norte foi, nos seus traços gerais, observada também ao nível nacional, embora com a ressalva de logo em 2001 se ter assistido a um ligeiro crescimento da taxa de desemprego. Mais importante, contudo, é constatar que a Região do Norte observa taxas de emprego inferiores à média nacional desde 2002 e taxas de desemprego superiores à mesma média desde 2003. Na verdade, verifica-se, desde 2001 (e com a única excepção do ano de 2006), que a situação vivida no mercado de trabalho da Região do Norte se vem progressivamente distanciando da média nacional, sempre no sentido de uma conjuntura particularmente mais desfavorável na região.

O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO NORTE EM 2007

A oferta de mão-de-obra

A oferta de mão-de-obra, representada pela população activa, tem crescido de forma ininterrupta na Região do Norte ao longo da última década, atingindo um valor médio anual de 1 milhão e 987 mil indivíduos em 2007 (+0,3% que em 2006). O crescimento observado em 2007 foi o mais moderado dos últimos nove anos e ficou a dever-se apenas à mão-de-obra masculina. Entre os anos 2000 e 2005, porém, acentuou-se o processo de feminização da mão-de-obra, que se iniciara nas décadas anteriores: em 2000, as mulheres eram 44,6% da população activa da Região do Norte, valor que em 2005 tinha crescido para 46,6%. Nos dois últimos anos, esta proporção cessou de crescer, fixando-se em 46,4% em 2007.

A taxa de actividade global (em percentagem da população residente com 15 ou mais anos) tem-se mantido ligeiramente mais alta na Região do Norte do que na média nacional (com valores em 2007 de, respectivamente, 63,1% e de 62,6%). A desagregação por género confirma que o crescimento da taxa de actividade na Região do Norte tem sido sustentado sobretudo pela taxa de actividade feminina, embora nos dois últimos anos observados tal não tenha ocorrido. A evolução das taxas de actividade específicas por género e grupo etário, na Região do Norte, evidencia claramente duas tendências: 1) a queda dos níveis de actividade económica no grupo etário dos 15 aos 24 anos, explicada, em ambos os géneros, pelo prolongamento da frequência escolar; 2) o aumento dos níveis de participação na força de trabalho por parte da população feminina entre os 25 e os 64 anos. Entre a população masculina com mais de 24 anos, as taxas de actividade evidenciam uma forte estabilidade ao longo do tempo, o mesmo podendo ser dito sobre os níveis de actividade das mulheres com mais de 64 anos. Actualmente, na Região do Norte, é entre os 25 e os 34 anos que os níveis masculino e feminino de participação na força de trabalho mais se aproximam, sendo pelo contrário entre os 45 e os 64 anos que mais se diferenciam.

Figura 6 – População activa residente na Região do Norte

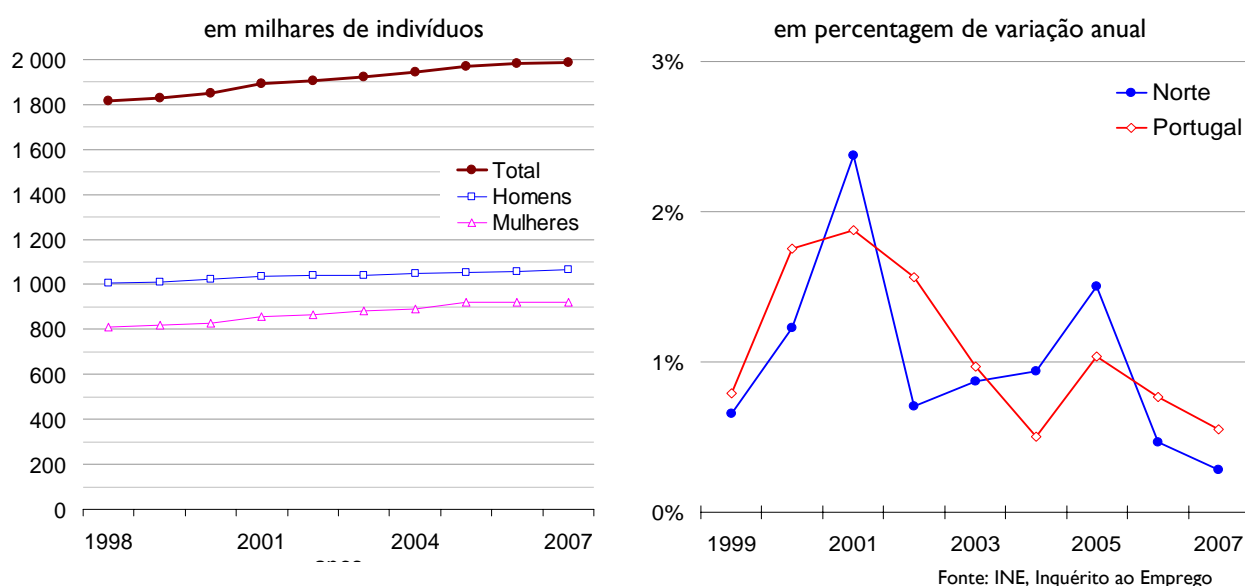
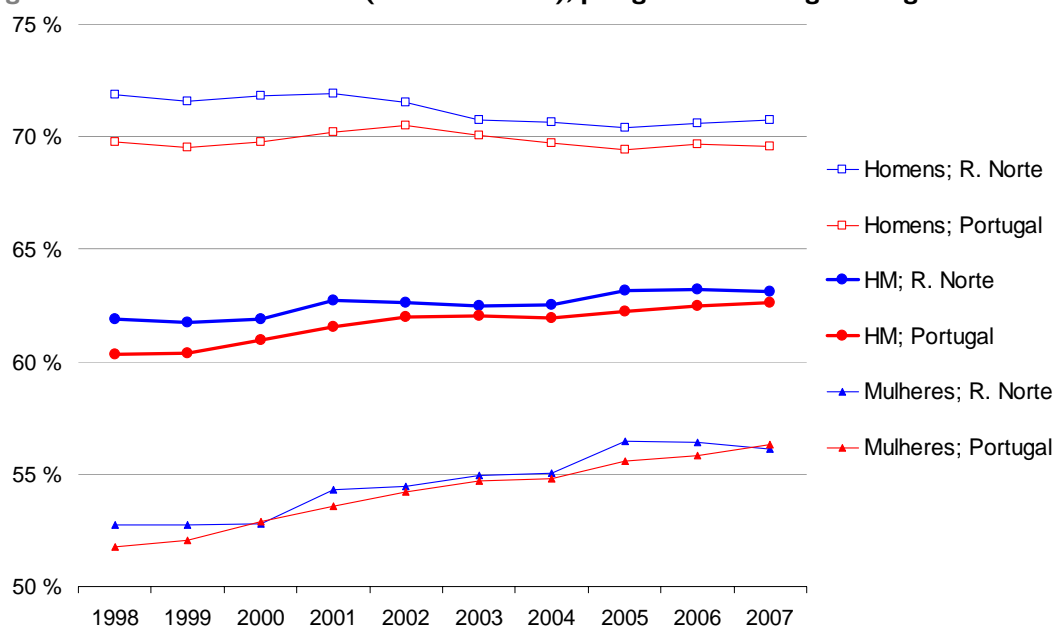
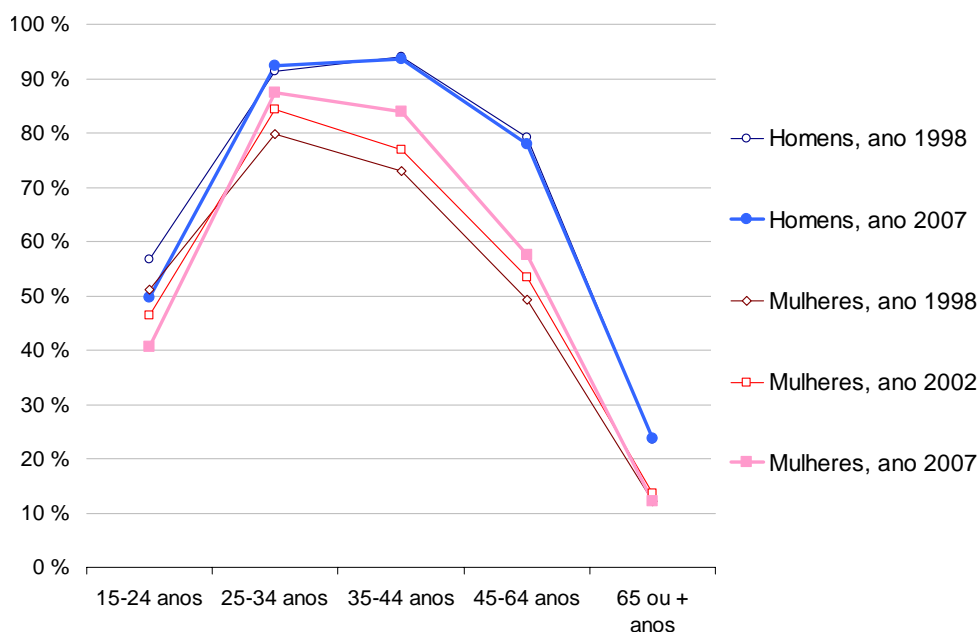


Figura 7 – Taxas de actividade (15 e mais anos), por género: Portugal e Região do Norte



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Figura 8 – Taxas de actividade específicas por género e grupo etário, na Região do Norte



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Para além de retratar uma presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, a evolução da oferta de mão-de-obra regional caracteriza-se também por níveis de instrução crescentes e por um certo envelhecimento – o qual surge como consequência da descida das taxas de actividade entre os 15 e os 24 anos, bem como do próprio envelhecimento da população residente.

Figura 9 – Pirâmides etárias da população activa da Região do Norte

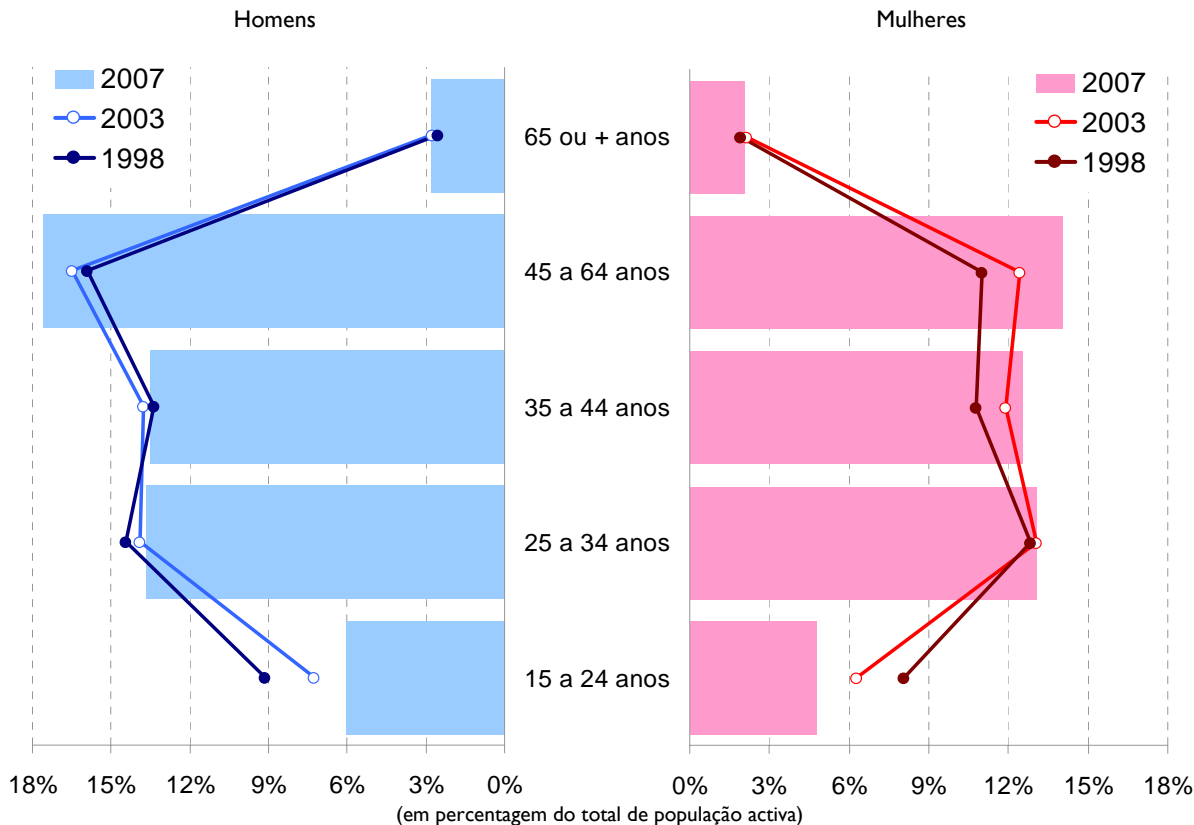
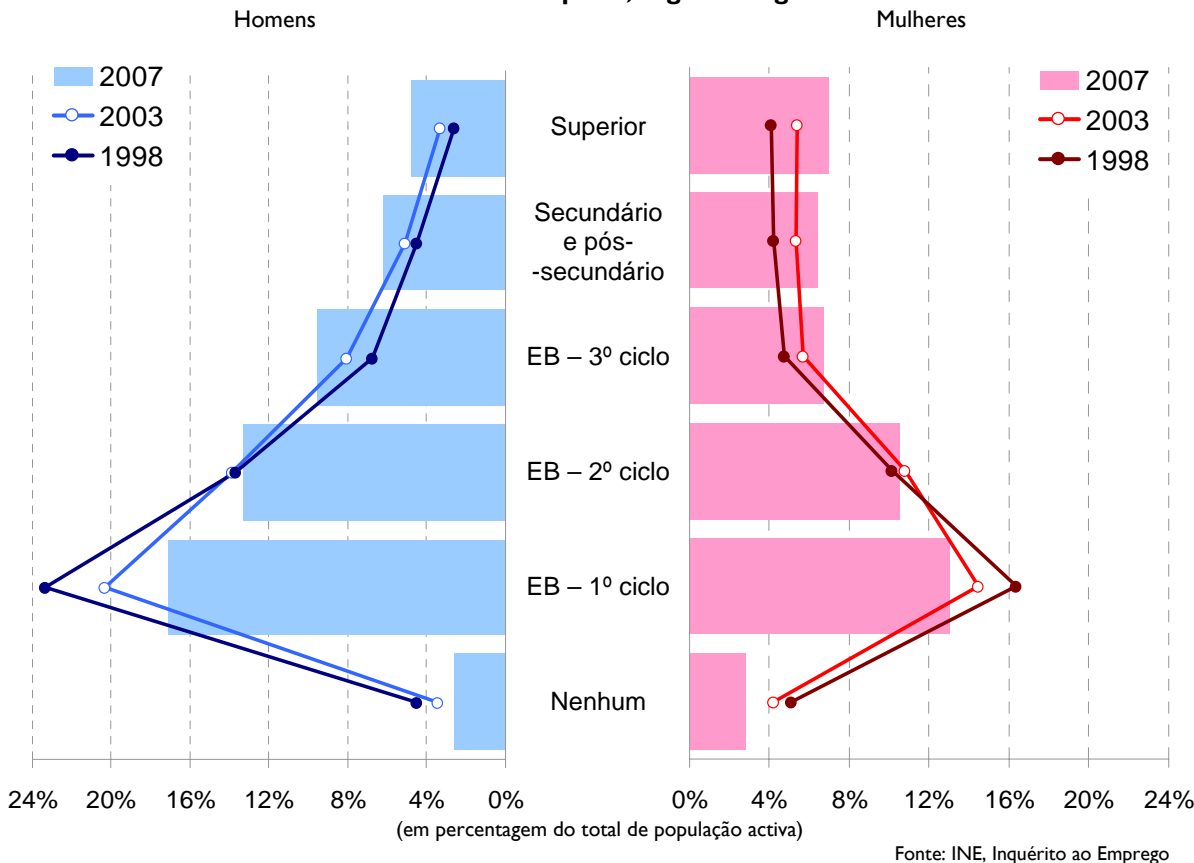


Figura 10 – Estrutura da população activa da Região do Norte, por nível de escolaridade completo, segundo o género



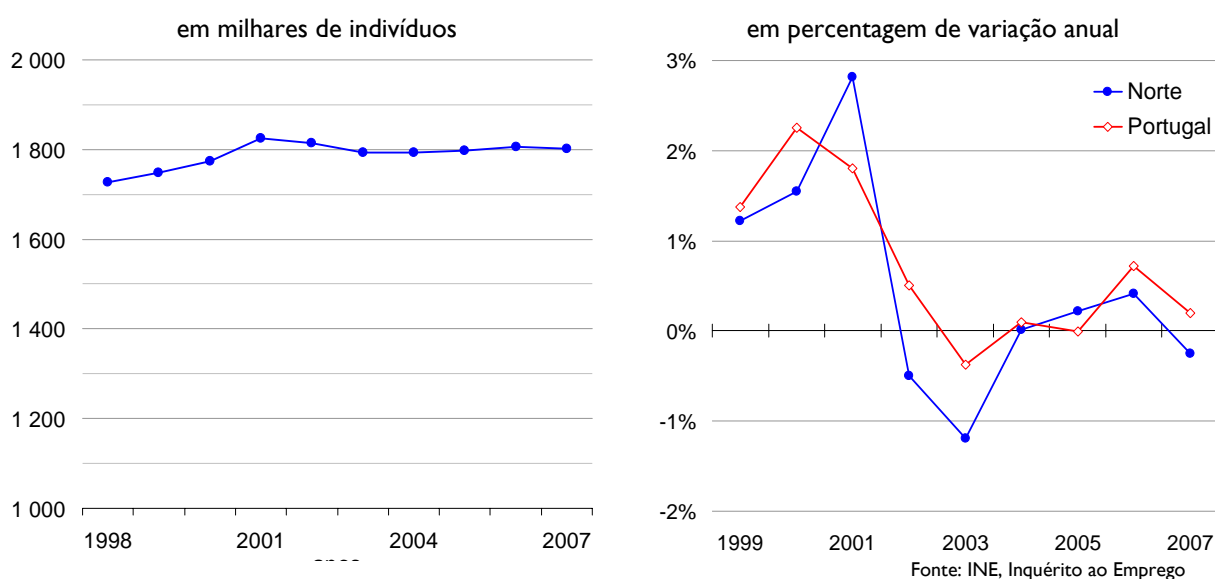
Entre 1998 e 2007, a proporção de activos menores de 25 anos sofreu uma redução contínua, passando de 17,2% para 10,8%. Ao contrário, a oferta de mão-de-obra entre os 35 e os 64 anos cresceu de 51,1% para 57,7% do total. Os grupos etários dos 25 aos 34 anos e dos maiores de 64 anos mantiveram, ao longo daquele período, uma importância relativa sensivelmente constante, oscilando em torno dos 27% e dos 5%, respectivamente.

A evidente melhoria no perfil da oferta de mão-de-obra por níveis de instrução não ilude o facto de persistirem grandes carências a este respeito. Em 2007, mais de um terço (35,6%) da mão-de-obra residente na Região do Norte tinha completado, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico (proporção que, em 1998, era de 49,3%). Quase três quintos da população activa (59,4%) não tinham completado, em 2007, a actual escolaridade mínima obrigatória. Em contraste, a proporção de activos com habilitação ao nível do ensino superior tem vindo a aumentar, mas em 2007 era ainda inferior a um oitavo do total (11,7%, contra 6,7% em 1998).

O emprego

A população empregada residente na Região do Norte ascendia, em 2007, a cerca de 1 milhão e 801 mil indivíduos (em média anual), traduzindo uma diminuição de cerca de 0,3% face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável sucedeu aos crescimentos moderados do emprego regional observados em 2005 e em 2006, os quais não permitiram, contudo, compensar as perdas de emprego dos anos 2002 e 2003. Na verdade, a Região do Norte evidenciou, entre 2002 (inclusive) e 2007, uma insuficiente capacidade de criação líquida de emprego. No mesmo período, a dinâmica do emprego regional foi sistematicamente inferior à observada pelo emprego a nível nacional, com a única excepção do ano de 2005.

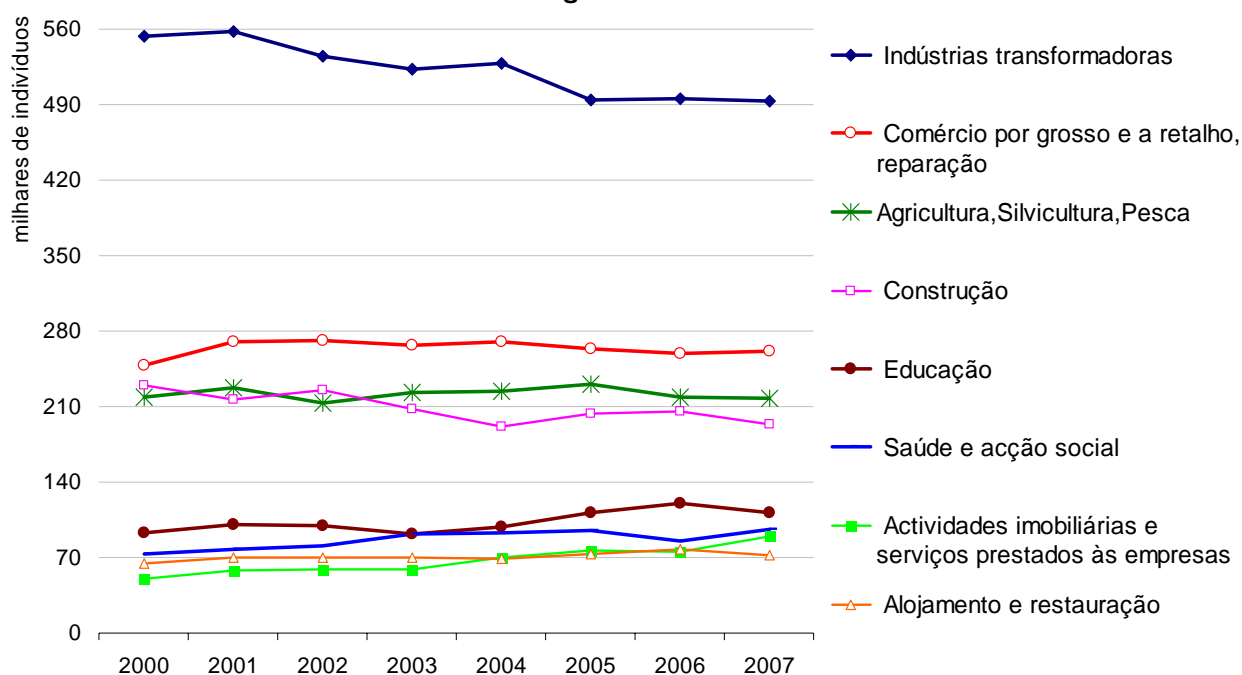
Figura 11 – População Empregada residente na Região do Norte



Tendo em conta a estrutura regional (por NUTS II) do emprego observada na média anual de 2007, o cumprimento do objectivo de se atingir, a nível nacional, uma taxa de emprego (dos 15 os 64 anos) da ordem dos 70% no ano 2010 exigiria da Região do Norte um contributo que se deveria traduzir na criação de cerca de 63 mil postos de trabalho durante os próximos 3 anos. Se se tomar como ponto de partida o 4º trimestre de 2007 (em vez da média anual), o contributo exigido à Região do Norte reduz-se para cerca de 55 mil postos de trabalho, a serem criados nos anos de 2008 a 2010 (1). Este simples exercício de cálculo ilustra bem a urgência de acelerar a criação líquida de emprego na Região do Norte, mesmo considerando que, mais importante do que atingir uma determinada meta, será o simples facto de retomar uma tendência sustentada de crescimento do emprego regional.

Os ramos de actividade que, em 2007, registaram maior criação líquida de emprego na Região do Norte foram as “actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas” e a “saúde e acção social”.

Figura 12 – População empregada nos principais sectores empregadores da Região do Norte



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No caso das “actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas” (2), o emprego regional aumentou em cerca de 13 mil indivíduos (equivalentes a +17,5%), prolongando uma tendência de crescimento que se tem feito sentir de forma praticamente ininterrupta ao longo

(1) Valores calculados com base no crescimento populacional médio anual observado entre 2005 e 2007.

(2) O ramo das “actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas” agrega um vasto conjunto de actividades, incluindo as seguintes: actividades imobiliárias, aluguer de veículos automóveis, de máquinas e de equipamentos sem pessoal, aluguer de bens pessoais e domésticos, actividades informáticas, actividade de investigação e desenvolvimento, serviços jurídicos, de contabilidade e de auditoria, estudos de mercado e sondagens de opinião, consultoria fiscal e de gestão, gestão de participações sociais, serviços de arquitectura e de engenharia, ensaios e análises técnicas, publicidade, selecção de pessoal, actividades de segurança, limpezas industriais e outras.

dos últimos anos. Em 2007, o sector empregou, em média, cerca de 89 mil pessoas na Região do Norte.

Na “saúde e acção social”, o acréscimo de emprego verificado na Região do Norte em 2007 foi de cerca de 11 mil indivíduos (+13,4%), face ao valor médio de 2006. Na prática, o crescimento do emprego regional neste sector em 2007 veio anular o efeito da queda ocorrida em 2006, deixando o volume de emprego apenas ligeiramente acima do nível médio de 2005. Em 2007, na Região do Norte, trabalhavam neste sector cerca de 97 mil pessoas (em média anual).

De entre os ramos de actividade que, em termos líquidos, registaram, na média anual de 2007, uma diminuição no respectivo volume de emprego, destacam-se sobretudo a “construção” e a “educação”.

Na Região do Norte, o volume de emprego médio de 2007 na “construção” regista uma perda de cerca de 13 mil trabalhadores (-6,2%) face ao ano anterior. Este retrocesso veio anular quase por completo os ganhos de emprego que, nesta região, este sector proporcionou nos dois anos precedentes. Em 2007, na Região do Norte, trabalhavam no sector da “construção”, em média, cerca de 193 mil pessoas.

Na actividade de “educação” ⁽³⁾, a perda de cerca de 9 mil empregados (-7,2%) não apenas veio anular os ganhos conseguidos em 2006, como, também, contrasta com a tendência crescente que o sector vinha observando na Região do Norte desde 2004 (inclusive). Neste sector, em 2007, na Região do Norte, trabalhavam, em média, cerca de 111 mil indivíduos.

De referir ainda que, em 2007 (como em 2006), o emprego nas “indústrias transformadoras” da Região do Norte evidenciou uma grande estabilidade, contrastando com a tendência negativa que caracterizou sobretudo os anos de 2002, 2003 e 2005. Nos últimos três anos, as “indústrias transformadoras” asseguraram cerca de 27,4% do total de emprego da Região do Norte, mantendo-se portanto como o seu principal sector empregador. Deste modo, parece ter sido sustida, nos anos mais recentes, a perda de importância relativa das “indústrias transformadoras”, que ainda no ano 2000 representavam 31,2% do emprego da Região do Norte e, em meados dos anos 90, se aproximavam de um terço do emprego regional.

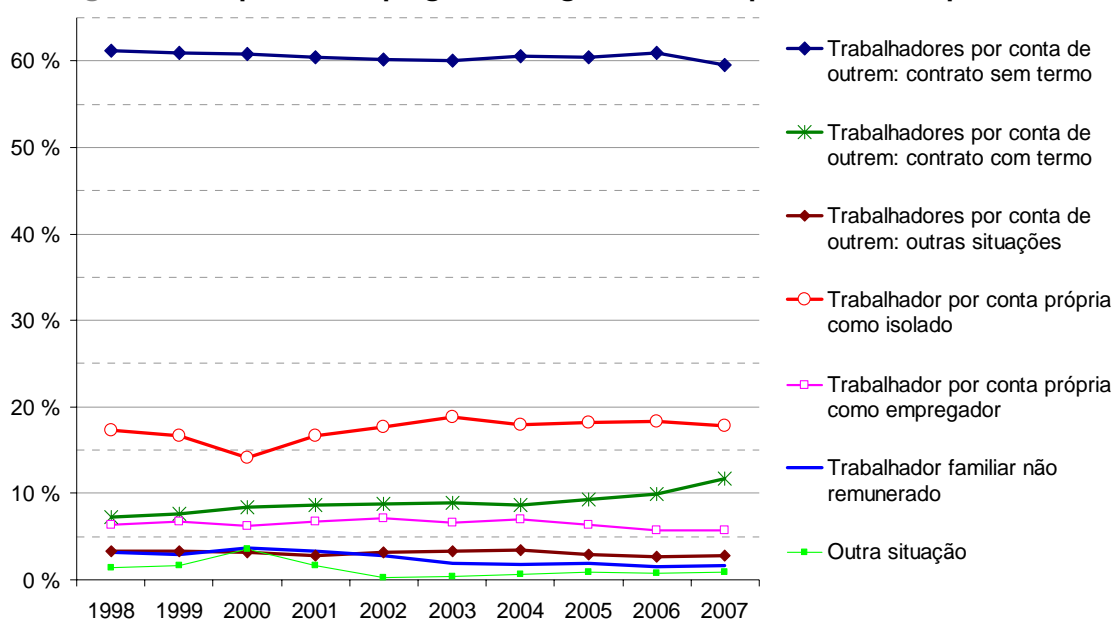
No que se refere à situação na profissão, observou-se, em 2007, um aumento da proporção de empregados por conta de outrem abrangidos por contratos com termo, que passaram a ser 11,7% do total da população empregada (contra 10% em 2006). Aliás, a tendência para o aumento do peso relativo do número de trabalhadores com contrato com termo tem praticamente sido uma constante ao longo dos anos. No entanto, a situação mais representativa continua a ser a dos trabalhadores por conta de outrem com contrato sem termo, que, em 2007, representavam 59,5% do total da mão-de-obra empregada. No seu conjunto, os trabalhadores por conta de outrem eram, na média anual de 2007, 74,1% do

⁽³⁾ O sector da “educação” inclui todo o sistema de ensino oficial (desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, incluindo o ensino secundário técnico e profissional), a formação profissional e ainda o ensino da condução e pilotagem, entre outras actividades educativas.

emprego total da Região do Norte. Esta percentagem tem crescido ininterruptamente desde 2001 (quando foi de 71,9%), mas em 2007 situava-se ainda um pouco aquém da média nacional (75,5%).

Por seu turno, os trabalhadores por conta própria eram, em 2007, cerca de 23,5% do total da população empregada da Região do Norte, sendo este o valor mais baixo dos últimos seis anos. Refira-se que, em média, apenas um em cada 4 trabalhadores por conta própria da Região do Norte são empregadores, classificando-se os restantes como trabalhadores isolados. Esta categoria dos trabalhadores isolados é bastante heterogénea, abrangendo desde profissionais independentes com actividade regular e com uma posição relativamente consolidada no respectivo mercado, até um número significativo de indivíduos que exercem uma actividade independente numa posição de grande fragilidade e apenas como estratégia (nem sempre bem sucedida) para procurar minorar os efeitos de uma situação de desemprego. Por este motivo, esta categoria tende a apresentar alguma instabilidade, conforme ocorreu, na Região do Norte, no período de 1998 a 2003, quando se observou, primeiro, uma tendência decrescente da sua representatividade, logo seguida por um crescimento significativo. Desde 2004, porém, a expressão relativa dos trabalhadores por conta própria isolados, face ao total da mão-de-obra empregada, apenas tem oscilado, na Região do Norte, em torno de 18%.

Figura 13 – População empregada na Região do Norte, por situação na profissão



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

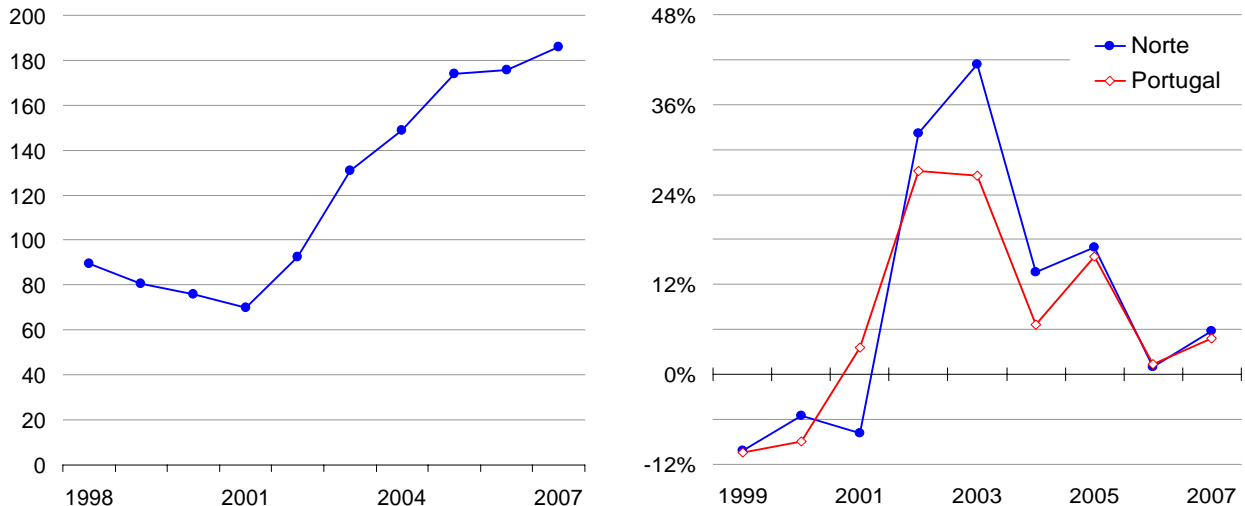
O desemprego

A população desempregada residente na Região do Norte, aferida pelo Inquérito ao Emprego, atingiu em 2007 um máximo histórico, totalizando cerca de 186 mil indivíduos (em média anual). Esta situação surge após um período de seis anos ao longo do qual o desemprego cresceu de forma ininterrupta na Região do Norte, tendo crescido com particular intensidade no início desse período. Em 2007, o total de desempregados residentes na Região do Norte

creceu cerca de 5,8% e superou o agravamento registado a nível nacional (4,9%), ao contrário do que sucedera em 2006 (ano em que o número de desempregados residentes na Região do Norte cresceu apenas 1%, ficando três décimas de ponto percentual aquém do crescimento verificado a nível nacional).

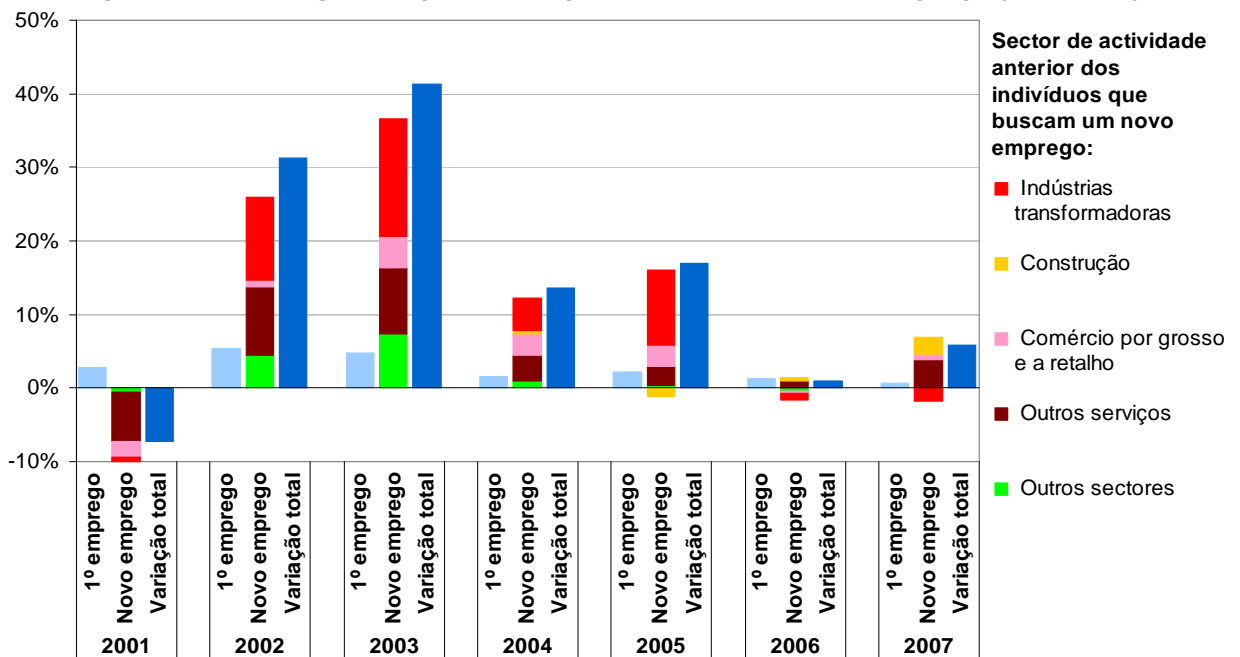
Deste modo, a Região do Norte contava, em 2007, com 41,5% do total de desempregados a nível nacional, embora apenas representasse 35,4% da oferta de mão-de-obra e 34,8% dos empregados.

Figura 14 – População Desempregada residente na Região do Norte
em milhares de indivíduos em percentagem de variação anual



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Figura 15 – Contributos para a variação % anual da população desempregada residente na Região do Norte, segundo a procura do primeiro ou de um novo emprego (2001-2007)



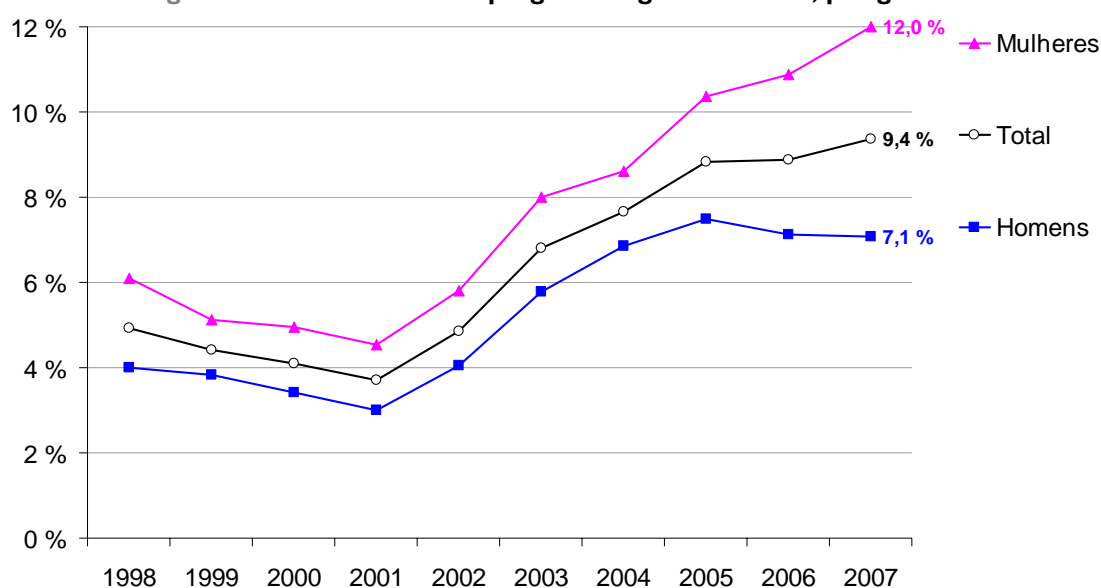
Nota: nos anos de 2001 a 2003, a rubrica *outros sectores* inclui a *Construção*.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A análise dos factores individuais de crescimento da população desempregada (nomeadamente, distinguindo a procura do primeiro emprego e identificando o sector de actividade do qual são oriundos os que procuram um novo emprego), permite salientar o facto de os trabalhadores vindos das “indústrias transformadoras” terem tido um papel decisivo no crescimento do desemprego na Região do Norte nos anos de 2002 a 2005, muito embora em 2004 o contributo global do sector terciário tenha superado o das “indústrias transformadoras”. Em 2006, o crescimento do desemprego foi muito moderado e o reforço do número de indivíduos em busca do primeiro emprego acabou por ser o elemento decisivo para o acréscimo global. Finalmente, em 2007, os trabalhadores oriundos do sector terciário (em particular, de “outros serviços”, além do comércio) constituíram o principal contributo para o crescimento do desemprego na Região do Norte.

O aumento do número de desempregados motivou, como já foi referido, que, em 2007, a Região do Norte apresentasse a taxa de desemprego mais elevada entre as várias NUTS II portuguesas. Para além disso, a Região do Norte foi, em 2006 e 2007, aquela onde se observou o maior diferencial entre as taxas de desemprego feminina e masculina, sucedendo ao Alentejo (que tinha registado o maior diferencial até 2004) e aos Açores (que assumiram esse papel em 2005). Com efeito, nos últimos três anos, na Região do Norte, agravou-se sobremaneira a diferença entre a taxa de desemprego feminina e a masculina (sendo mais elevada a primeira).

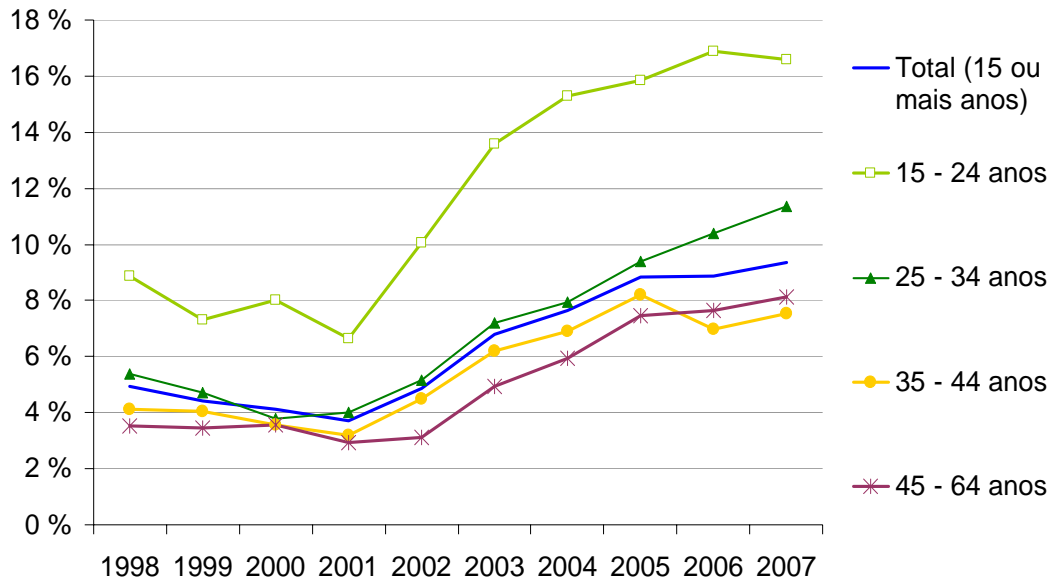
Figura 16 – Taxas de desemprego na Região do Norte, por género



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Por grupos etários, destaca-se o valor da taxa de desemprego dos mais jovens (menores de 25 anos), que em 2007, na Região do Norte, se cifrou, em média, em 16,6% (valor coincidente com a média nacional). Face a 2006, porém, a taxa de desemprego dos mais jovens diminuiu ligeiramente, na Região do Norte, contrariando assim a tendência de crescimento que a vinha caracterizando. Nos restantes grupos etários, a taxa de desemprego sofreu um agravamento, na Região do Norte, entre 2006 e 2007.

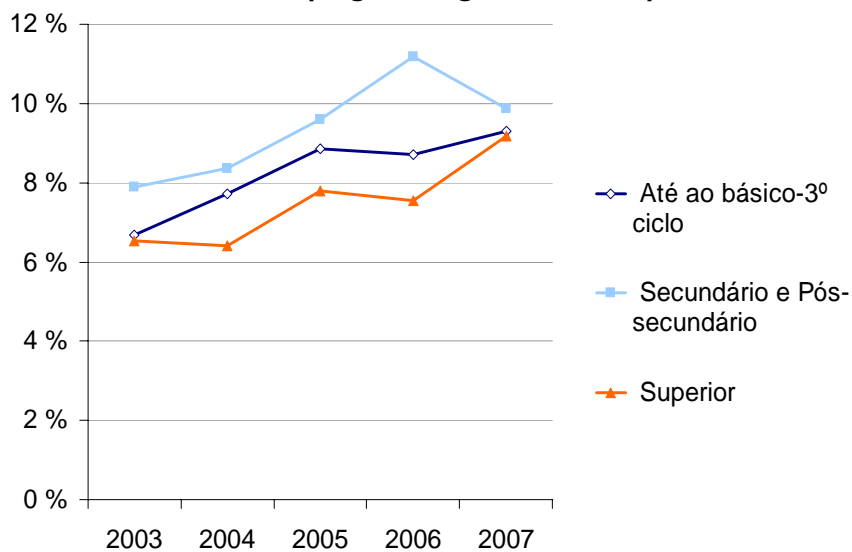
Figura 17 – Taxas de desemprego na Região do Norte, por grupo etário



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Por níveis de instrução, constata-se que as taxas de desemprego dos trabalhadores habilitados com o ensino secundário ou pós-secundário superam as daqueles cuja instrução não ultrapassa o ensino básico. Apesar disso, o grupo dos trabalhadores com instrução ao nível do ensino secundário foi o único cujas taxas de desemprego desceram, em média, em 2007. Quanto à taxa de desemprego observada entre os licenciados, foi claramente a mais baixa entre 2004 e 2006, embora em 2007 tenha praticamente igualado a dos trabalhadores com menor instrução (tal como já sucedera em 2003). Na verdade, na Região do Norte, foi entre os licenciados que, em 2007, mais se agravou a taxa de desemprego média anual. Refira-se, além disso, que a taxa de desemprego dos licenciados apresenta uma forte sazonalidade, observando em cada ano valores mais elevados no segundo semestre, quando se concluem a maior parte dos cursos superiores.

Figura 18 – Taxas de desemprego na Região do Norte, por nível de instrução

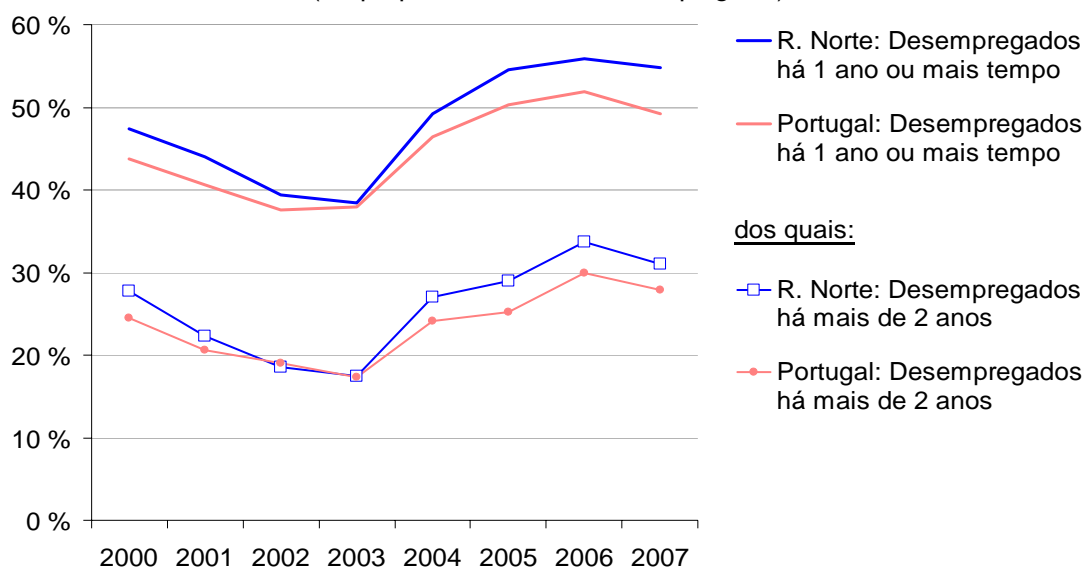


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Os indicadores de desemprego de longa duração registaram, em 2007, uma descida, tanto na Região do Norte, como a nível nacional, após terem crescido de forma acentuada nos três anos precedentes. O desemprego de longa duração atinge uma maior proporção dos desempregados na Região do Norte, do que na média nacional. Em 2007, eram quase 55% os desempregados da Região do Norte que estavam nessa situação há mais de um ano – percentagem que ultrapassava a média nacional em mais de 5 pontos percentuais, sendo este o maior diferencial observado, a este respeito, entre a Região do Norte e o país, neste século. Muito significativa, é também a circunstância de mais de metade do desemprego de longa duração dizer respeito a indivíduos que permanecem desempregados há mais de 2 anos.

Figura 19 – Desemprego de longa duração

(em proporção do total de desempregados)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Desemprego registado

Em 2006 e em 2007, o desemprego registado, apurado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), evoluiu segundo uma tendência decrescente, ao contrário da população desempregada estimada pelo INE, que se manteve em crescimento. Esta situação, em grande parte resultante da reformulação ocorrida nas políticas de emprego e do respectivo impacto sobre o desemprego registado, permitiu aproximar (quase igualar) estas duas medidas do desemprego na Região Norte, de tal modo que, na média anual 2007, a diferença era inferior a 2 mil indivíduos. Deve ter-se presente, contudo, que esta aproximação das duas medidas do desemprego na Região do Norte é meramente circunstancial, uma vez que não estamos perante nenhuma tentativa de harmonização das duas fontes.

População Desempregada (INE) versus Desemprego Registrado (IEFP)

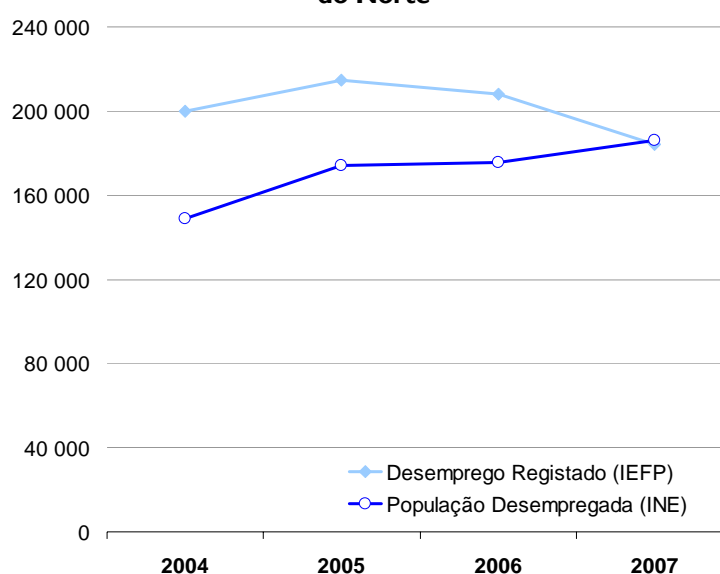
Para além do Inquérito ao Emprego, realizado trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística junto de uma amostra de famílias, os registos administrativos do Instituto de Emprego e Formação Profissional constituem uma outra fonte de informação sobre o desemprego, nomeadamente sobre o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (variável vulgarmente designada como Desemprego Registrado, disponível mensalmente). As duas fontes não são absolutamente coincidentes. As diferenças de ordem metodológica explicam parte da diferença, havendo também a considerar que as alterações nas políticas de emprego e nas respectivas regras de gestão arrastam frequentemente um impacto significativo na decisão de inscrição ou não inscrição num Centro de Emprego, bem como na forma como são classificados os inscritos e, conseqüentemente, na contabilização dos desempregados inscritos.

Genericamente, podemos dizer que as estatísticas de desemprego produzidas pelo INE tendem a beneficiar de um enquadramento metodológico mais estável, sendo por isso mais adequadas ao estudo das dinâmicas evolutivas. Além disso, fazem parte de um sistema mais vasto de recolha de informação sobre a participação da mão-de-obra no mercado de trabalho, no âmbito do qual se produz informação não apenas sobre desemprego, mas também sobre emprego ou sobre população activa, por exemplo. É esta particularidade que permite, por exemplo, o cálculo de taxas de desemprego. No entanto, a natureza amostral destes dados impõe limites ao seu grau de desagregação, desde logo em termos territoriais: actualmente, o Inquérito ao Emprego não produz quaisquer estimativas para um nível territorial inferior ao da Região do Norte (NUTS II).

Ao contrário do INE, o IEFP não tem como missão principal a produção de dados estatísticos, mas sim a gestão das políticas de emprego. Os registos estatísticos que disponibiliza são o resultado de actos administrativos e reflectem em cada momento os condicionamentos resultantes das orientações da política de emprego. Além disso, são insuficientes para o cálculo de taxas de desemprego, uma vez que se referem apenas ao número de desempregados inscritos. Em contrapartida, os dados do Desemprego Registrado, por serem de tipo exaustivo e não amostral, suportam uma desagregação por concelho, aproximando-se por isso do conceito de mercado local de trabalho.

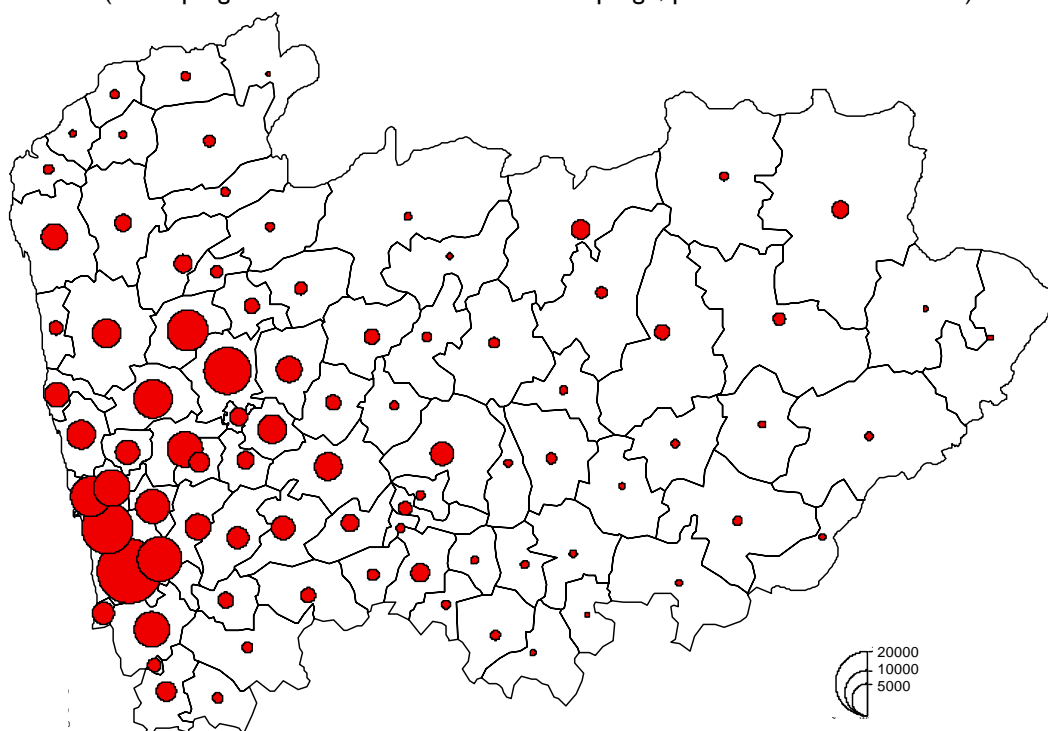
As duas fontes (INE e IEFP) assumem, portanto, uma natureza complementar no que se refere à análise do desemprego.

Figura 20 – Desemprego Registrado (IEFP) versus População Desempregada (INE) na Região do Norte



Fonte: IEFP, Desemprego Registrado por concelhos; INE, Inquérito ao Emprego

Figura 21 – Desemprego Registrado – média anual de 2007
(desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência)



Fonte: IEFP, Desemprego Registrado por concelhos

Nota-se uma forte concentração do Desemprego Registrado em termos territoriais. Em 2007 (média anual), os concelhos onde o Desemprego Registrado atingiu maior número de indivíduos foram Vila Nova de Gaia e o Porto, com aproximadamente 20.200 e 12.900 desempregados inscritos, respectivamente. Em torno de Vila Nova de Gaia e do Porto, organiza-se um grupo de concelhos que inclui ainda Gondomar, Matosinhos, Maia, Santa Maria da Feira e Valongo; estes sete municípios concentravam, em 2007, cerca de 37,5% do total de Desemprego Registrado da Região do Norte. Um segundo grupo, formado pelo quadrilátero Guimarães, Braga, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, congregava cerca de 17,4% do total regional. Assim, os onze municípios da Região do Norte com maior número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP respondiam, em 2007, por 54,9% do Desemprego Registrado global desta região.

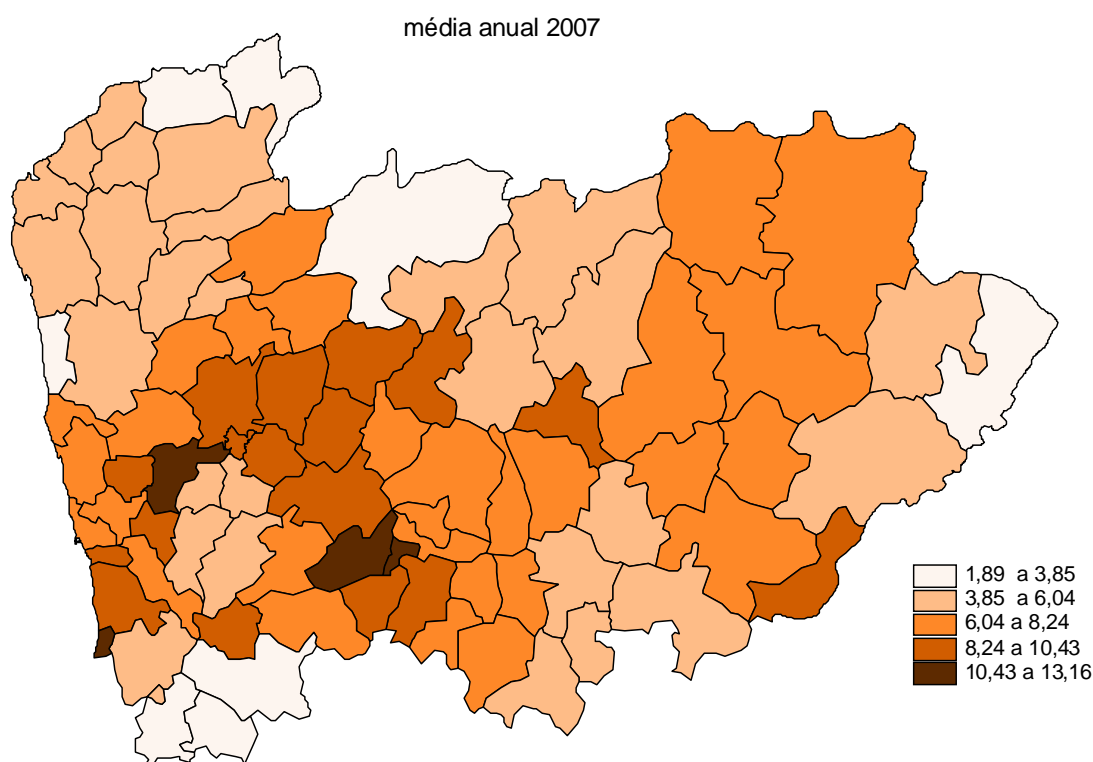
Naturalmente, a distribuição territorial do Desemprego Registrado é fortemente influenciada pela própria distribuição da população residente. Uma análise do Desemprego Registrado conduzida em termos relativos deve permitir contornar a influência da estrutura de povoamento, além de fornecer uma medida da importância relativa do nível de Desemprego Registrado em cada concelho. Na impossibilidade de calcular taxas de desemprego (face ao desconhecimento de valores actualizados da população activa por concelho), optou-se por exprimir o Desemprego Registrado em percentagem da estimativa de população residente (média anual) dos 15 aos 64 anos, por ser este o grupo etário que concentra a quase totalidade dos desempregados (e mesmo dos empregados). Acreditamos que o indicador resultante traduz de forma aproximada a importância relativa dos níveis de Desemprego

Registado em cada concelho, mas é importante frisar que não se trata de uma taxa de desemprego, nem os seus valores devem ser comparados com o de uma qualquer taxa de desemprego. Genericamente, a relação entre o indicador que aqui propomos e uma verdadeira taxa de desemprego concelhia depende das taxas de actividade observadas, as quais diferem, por vezes significativamente, entre concelhos. Devemos pois proceder com as necessárias cautelas à interpretação deste indicador.

A figura 22 mostra que o indicador que exprime a importância relativa do Desemprego Registado (face à população residente dos 15 aos 64 anos de idade) apresenta uma distribuição territorialmente menos marcada do que o número absoluto de desempregados inscritos.

Os concelhos onde o Desemprego Registado assumia, em termos médios anuais de 2007, uma maior dimensão relativa eram, de acordo com o indicador proposto, Mesão Frio, Santo Tirso, Espinho e Baião. No Ave, destacam-se ainda, com valores elevados, os concelhos da Trofa, Guimarães, Vizela e Fafe; no Grande Porto, os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto e Valongo; no Tâmega, Castelo de Paiva, Felgueiras, Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Resende, Amarante e Celorico de Basto; no Douro, Freixo de Espada à Cinta e Lamego; e finalmente, em Alto Trás-os-Montes, o concelho de Murça completa esta lista dos 21 municípios da Região do Norte onde o Desemprego Registado assume maior expressão relativa.

Figura 22 – Desemprego Registado, em % da estimativa de população residente dos 15 aos 64 anos

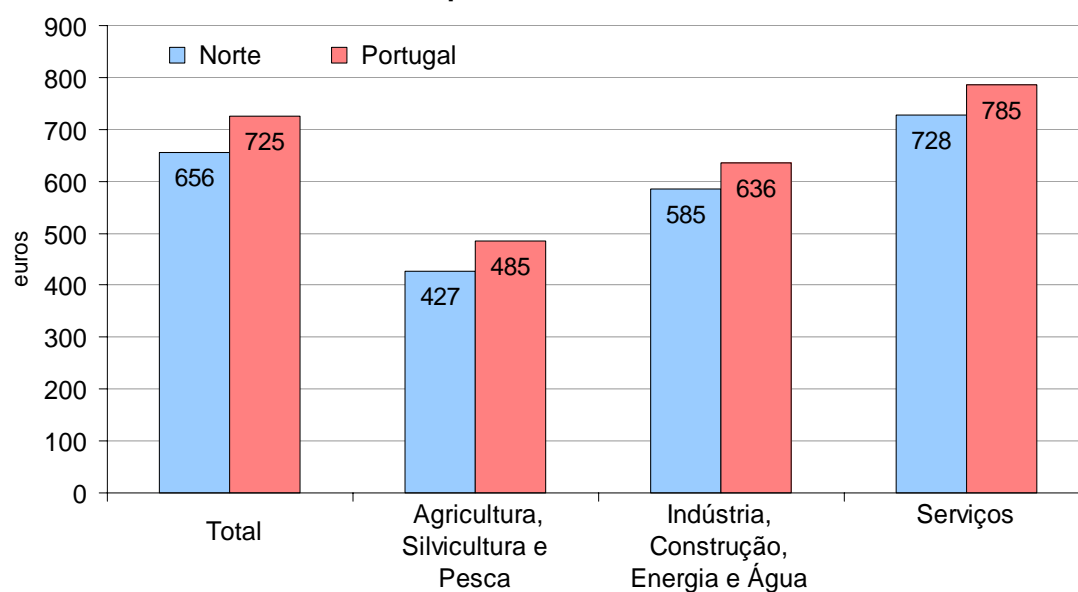


Fonte: IEFP, Desemprego Registado por concelhos; INE, Estimativas de População média Residente; cálculos próprios

Os salários

Nos últimos oito anos, o salário médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem da Região do Norte situou-se entre 9% e 11% abaixo da média nacional. Entre 2006 e 2007, este diferencial reduziu-se ligeiramente, de 10,5% para 9,5%. A diferença entre os níveis salariais médio nacional e regional é relativamente mais acentuada no sector primário, onde atinge perto de 12%.

Figura 23 – Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

NOTAS CONCLUSIVAS

O agravamento dos níveis de desemprego na Região do Norte resulta, em parte, do processo de ajustamento tecnológico e estrutural que a economia regional atravessa. Embora continuando a ser, do ponto de vista da estrutura sectorial do emprego, a região portuguesa mais industrializada, o Norte vive, desde há vários anos, um processo de terciarização da sua base produtiva, ao mesmo tempo que um número crescente de empresas vê esgotado um modelo de crescimento baseado naqueles que, durante muito tempo, foram os factores tradicionais de promoção da competitividade regional. Esse modelo tradicional – que se baseava na existência de uma mão-de-obra abundante, pouco qualificada e mal remunerada e na adopção de processos produtivos (essencialmente industriais) de baixa intensidade tecnológica e geradores de baixo valor acrescentado, com modelos de negócio centrados, exclusivamente, na manufactura e pouco inovadores do ponto de vista da gestão – está hoje em regressão na economia regional, embora ainda continue a caracterizar uma parte importante do seu sistema produtivo.

Este modelo tem vindo a ser, gradualmente, substituído por um outro, que se tem deparado com uma envolvente internacional crescentemente liberalizada e globalizada e que procura, face a esse contexto, potenciar outros factores de competitividade, como sejam a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a internacionalização crescente (apesar de o Norte ser já a região portuguesa de maior orientação exportadora), ou uma maior atenção aos processos de gestão comercial e “marketing”, posicionando-se as empresas, por esta via, mais a jusante na “cadeia de valor”. Trata-se, porém, de um modelo mais intensivo em capital e menos intensivo em trabalho e, por isso, a sua adopção produz efeitos limitados em termos de criação de emprego – esperando-se, no entanto, que, a prazo, esses efeitos se possam tornar mais visíveis, à medida que este processo de reestruturação se torne mais consolidado e se traduza num acréscimo significativo da competitividade regional.

Para além do agravamento dos níveis de desemprego, os efeitos do processo de ajustamento estrutural da economia regional traduzem-se também na estrutura sectorial do emprego. A este respeito, merecem destaque o crescimento dos serviços de apoio à actividade económica, ou o despontar de alguns sectores (ditos) emergentes, como as tecnologias da saúde. Também nas indústrias tradicionais se encontram casos de sucesso de empresas que têm inovado e têm conseguido ganhos de quota nos mercados internacionais. Nos últimos dois anos, foi possível sustentar o declínio que vinha caracterizando a importância relativa das “indústrias transformadoras” na estrutura do emprego regional. Outro efeito que importa destacar é a existência de uma melhoria muito significativa dos níveis de qualificação da mão-de-obra e do emprego. No entanto, não deixa de ser penalizador constatar que, em 2007, a taxa de desemprego média anual dos licenciados era praticamente idêntica, na Região do Norte, à dos indivíduos cuja habilitação não excedia o ensino básico. Também não pode deixar de ser referido que as questões de género são uma chave de leitura importante do mercado de trabalho regional, uma vez que nos anos mais recentes o desemprego apresentou dinâmicas claramente diferenciadas para os homens e para as mulheres. Particularmente gravoso é, ainda, o facto de grande parte dos trabalhadores afectados pela mudança estrutural em curso

ficarem, de facto, afastados do mercado de trabalho, apesar do esforço que tem sido feito no sentido de se reforçar e certificar os seus níveis de qualificação. Assim se deve interpretar a circunstância de mais de 30% dos desempregados da Região do Norte estarem nessa situação há mais de dois anos.

Feito o diagnóstico, vale a pena, também, apontar aqueles que se julga serem os principais desafios que se colocam ao mercado de trabalho da Região do Norte para os próximos anos, sem deixar de realçar o quanto a sua prossecução depende de dois factores carregados de incerteza, nomeadamente o nível de crescimento económico e a envolvente externa (sendo que o segundo, por sua vez, condiciona fortemente o primeiro).

O desafio principal deve ser a capacidade de acelerar a criação de emprego, com base em investimentos competitivos. Em particular, importa acelerar a criação de emprego qualificado, a par da continuação do esforço de melhoria dos níveis de qualificação da mão-de-obra. Outros desafios devem ser o de incentivar a aposta em factores de competitividade (que não a mão-de-obra barata) mais interessantes de um ponto de vista estratégico e o de conseguir remunerar melhor a mão-de-obra.

No plano social, parece indispensável procurar reduzir o nível das desigualdades de género no mercado de trabalho, objectivo tão mais importante e tão mais ambicioso, quanto é certo que a Região do Norte possui já uma elevada taxa de feminização da mão-de-obra. Ainda no plano social, mas também de um ponto de vista económico, a incidência do desemprego de longa duração é também altamente penalizadora.

Feito o diagnóstico e apontados os desafios, importa dizer que a natureza dos problemas a enfrentar exige o empenho não só da administração pública, mas também de toda a sociedade, com destaque para as empresas, os trabalhadores e suas organizações e os centros de saber existentes na Região do Norte. Sem o contributo de todos, os instrumentos específicos da política regional serão sempre de eficácia limitada, não obstante o empenho em geri-los de forma potenciadora das mudanças desejadas.

Resta acrescentar que os dados já disponíveis para 2008, referentes aos primeiros dois trimestres, apontam para uma evolução bastante mais favorável. Em particular, deve dizer-se que no 2º trimestre de 2008 a taxa de desemprego (8,2%) foi a mais baixa observada na Região do Norte nos últimos três anos e meio. Ao mesmo tempo, o crescimento do emprego no 2º trimestre de 2008 (2,1% face ao trimestre homólogo do ano anterior) foi o mais elevado registado na Região do Norte desde há mais de seis anos. No entanto, a actual conjuntura internacional caracteriza-se por uma forte crise financeira que tende a repercutir-se também sobre a chamada economia real, quer em Portugal, quer nos principais países clientes das exportações da Região do Norte. Nesta conjuntura, a continuidade da evolução positiva detectada no primeiro semestre de 2008 no mercado de trabalho da Região do Norte estará, pelo menos, rodeada de forte incerteza.

ANEXO: COMPREENDER A TAXA DE EMPREGO

A taxa de emprego é um indicador que corresponde a considerar a população empregada entre os 15 e os 64 anos, como percentagem da população residente do mesmo grupo etário. O propósito deste Anexo é o de estabelecer as relações entre a taxa de emprego, a taxa de actividade e a taxa de desemprego.

Designamos por E a população empregada, por A a população activa e por D a população desempregada, considerando, nos três casos, uma idade mínima de 15 anos. É sabido que a população activa corresponde à soma da população empregada com a desempregada, pelo que $A = E + D$. Identicamente, designamos por e a taxa de emprego, por a as taxas de actividade e por d as taxas de desemprego. Finalmente, designamos por P a população residente, sem limite de idade. Quando necessário, o índice $_{1564}$ designa o grupo etário dos 15 aos 64 anos, do mesmo modo que o índice $_{65e+}$ designa o grupo dos maiores de 64 anos e $_{15e+}$ se refere ao grupo dos que têm 15 ou mais anos.

Sendo a taxa de emprego dada por

$$e = \frac{E_{1564}}{P_{1564}}$$

e sendo as taxas de actividade e de desemprego do grupo etário dos 15 aos 64 anos dadas, respectivamente, por

$$a_{1564} = \frac{A_{1564}}{P_{1564}} \quad \text{e por} \quad d_{1564} = \frac{D_{1564}}{A_{1564}}$$

então verifica-se a seguinte igualdade

$$d_{1564} \cdot a_{1564} + e = a_{1564}$$

ou:

$$e = a_{1564} \cdot (1 - d_{1564})$$

A expressão anterior relaciona a taxa de emprego com a taxa de actividade dos 15 aos 64 anos e com a taxa de desemprego do mesmo grupo etário. No entanto, a taxa de desemprego, sendo um indicador de utilização muito frequente, é vulgarmente referida ao total da população activa (15 ou mais anos) e não ao grupo etário dos 15 a 64 anos. Interessa, por isso, relacionar a taxa de emprego (a qual se refere ao grupo etário dos 15 aos 64 anos) com a taxa de desemprego (que reporta ao grupo dos 15 ou mais anos de idade).

Estabelecendo que

$$\text{taxa de actividade} = a = a_{15e+} = \frac{A}{P_{15e+}}$$

$$\text{taxa de desemprego} = d = \frac{D}{A}$$

$$\text{e índice de dependência de idosos} = i = \frac{P_{65e+}}{P_{1564}}$$

e tendo em atenção que o número de indivíduos com mais de 64 anos classificados como desempregados é puramente residual (uma vez que nessa idade os indivíduos frequentemente deixam de procurar emprego, até por não acreditarem que o possam encontrar, e como tal deixam de ser considerados activos, passando a indivíduos sem actividade económica)

$$D_{65e+} \cong 0$$

é possível demonstrar que

$$e \cong a_{1564} - d \cdot a \cdot (1 + i)$$

E tendo em conta que

$$a \cdot (1 + i) = a_{1564} + i \cdot a_{65e+}$$

onde

$$a_{65e+} = \frac{A_{65e+}}{P_{65e+}} = \text{taxa de actividade no grupo etário dos maiores de 64 anos}$$

obtém-se finalmente a expressão seguinte:

$$e \cong a_{1564} - d \cdot (a_{1564} + i \cdot a_{65e+})$$

Donde, podemos dizer que, em termos *coeteris paribus* (isto é: mantendo tudo o mais constante), a taxa de emprego:

- varia positivamente com a taxa de actividade dos 15 aos 64 anos (derivada = $1 - d$)
- varia negativamente com a taxa de desemprego (derivada = $-a_{1564} - i \cdot a_{65e+}$)